

N.F. Nº - 217445.0082/17-3
NOTIFICADA - MARIA JOSÉ DE SOUZA CORDEIRO
NOTIFICANTE - JOAQUIM NETO DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL/IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10/11/2022

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0199-01/22NF-VD**

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Notificação Fiscal com base em informação prestada pela notificada em sua DIRPF. Argumentações e documentos trazidos aos autos não foram suficientes para afastar a presente exigência fiscal. Notificação fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 21/12/2017, formaliza a exigência de ITD no valor total de R\$ 10.600,00, em decorrência da falta de recolhimento do imposto incidente sobre a doação de créditos (41.01.01), no mês de novembro de 2012, acrescido de multa de 60%, prevista no inciso II do art. 13 da Lei nº 4.826/89.

A notificada apresentou defesa das fls. 09 a 12. Disse que o bem utilizado como base de cálculo para produzir a notificação fiscal não foi objeto de doação, mas vendido para a própria notificada. Disse que a declaração do imposto de renda foi retificada e que anexou aos autos, mas nada consta. Anexou certidão de inteiro teor (fl. 15) na tentativa de identificar o bem objeto da notificação.

Por outro lado, alegou decadência do direito da fazenda pública de exigir o presente crédito tributário em razão de possuir fato gerador em 30 de novembro de 2012, enquanto que a ciência somente ocorreu em 30/12/2017. Citou como embasamento legal o inciso I do art. 173 e o art. 174 do CTN.

Solicitou, caso a notificação não seja cancelada, que os eventuais valores remanescentes sejam lançados em nova notificação fiscal.

VOTO

Com base em cruzamentos de informações prestadas nas declarações de imposto de renda de pessoas físicas domiciliadas neste Estado foi lavrada a presente notificação fiscal.

Da análise do demonstrativo de débito, observo que não ocorreu a decadência do direito da Fazenda Pública de exigir o crédito tributário nesta notificação fiscal. A ocorrência do fato jurídico tributário se deu em 30/11/2012, conforme demonstrativo de débito, e a ciência da presente notificação fiscal ocorreu em 28/12/2017, conforme documento à fl. 04. De acordo com o inciso I do art. 173 do CTN, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Como dito, a intimação da notificada acerca da lavratura da presente notificação fiscal ocorreu no dia 28/12/2017, conforme documento acostado à fl. 04. Desse modo, a ciência do notificado deveria ocorrer até o dia 31/12/2017 para que não se configurasse a decadência do direito da Fazenda Pública de exigir o crédito tributário referente ao período de novembro de 2012.

Consta no relatório enviado pela Receita Federal que a notificada teria recebido em 2012 uma doação no valor de R\$ 500.000,00 de Jaime Cordeiro Alexandrino, portador do CPF nº 027.627.225-00 (fl. 03).

A notificada tenta atrelar o valor informado na DIRPF a um imóvel que teria sido objeto de comercialização e não de doação. A certidão de inteiro teor, anexada à fl. 15, traz informação acerca de um imóvel que se encontrava livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais e legais, datado de 11 de janeiro de 2018, pertencente à empresa Boa Viagem Transportes LTDA. À fl. 19 trouxe cópia de registro do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da cidade de Buerarema/BA onde consta a venda do mesmo imóvel pela notificada e pelo SR. Jaime Cordeiro Alexandrino para a referida empresa de transporte no valor de R\$ 1.000.000,00, ocorrida em 18/04/2012. Disse ter retificado a declaração, mas não apresentou qualquer comprovante.

A doação declarada pela notificada como recebida do Sr. Jaime Cordeiro Alexandrino corresponde a 50% do valor do imóvel comercializado pelos dois, conforme indicado no registro do 1º Ofício de Buerarema. Assim, a doação se configura como ocorrência posterior à venda, em 30/11/2012, sendo fato gerador do ITD.

Por todo o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar em instância ÚNICA, **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **217445.0082/17-3**, lavrada contra **MARIA JOSÉ DE SOUZA CORDEIRO**, devendo ser intimada a notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 10.600,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II do art. 13 da Lei nº 4.826/89 e os acréscimos legais previstos na Lei nº 3.956/81.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR